



**MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NO CONTEXTO
CONTEMPORÂNEO:**
desafios e dificuldades

Aione Maria da Costa Sousa¹
Rivânia Lúcia Moura de Assis²
Sâmia Rodrigues Ramos³

RESUMO

Nos anos de 1990, sob a hegemonia do neoliberalismo, ocorreram transformações no processo produtivo e de reestruturação do capital que articulam-se a mutações políticas expressas na redução da responsabilidade do Estado na esfera social, o que traz rebatimentos para as formas de enfrentamento das refrações da questão social. Há, nesse contexto, o enfraquecimento dos Movimentos sociais com um ideário de esquerda, ao mesmo tempo em que se fortalecem as ONGs que não se colocam numa perspectiva de enfrentamento ao projeto político das classes dominantes. Esse trabalho reflete os desafios e dificuldades enfrentados por Movimentos Sociais e ONGs no contexto neoliberal.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Organizações não-governamentais, neoliberalismo

ABSTRACT

In the years of 1990, under the hegemony of the neoliberalismo, transformations in the productive process and of reorganization of the capital had occurred that articulate it mutations express politics in the reduction of the responsibility of the State in the social sphere, what it brings strikings for the forms of confrontation of refractions of the social matter. It has, in this context, weakening the Social Movements with a project of left, at the same time where if they fortify the ONGs that do not place in a perspective of confrontation to the project politician of the ruling classes. This work reflects the challenges and difficulties faced for Movements Sociais and ONGs in the neoliberal context.

Keywords: Social movements, not-governmental Organizations, neoliberalismo

1 INTRODUÇÃO

O processo de organização dos sujeitos sociais é permeado por desafios e dificuldades, cujas determinações são apreendidas nos contextos sócio-históricos, nos quais ocorrem disputas em torno da construção de uma determinada hegemonia.

É com a compreensão de que os projetos de classe se evidenciam nas ações políticas construídas por indivíduos, grupos e organizações, que, através da pesquisa

¹Mestre. Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

²Mestre. Faculdade de Serviço Social- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

³Doutora. Faculdade de Serviço Social- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

realizada junto a Movimentos Sociais (MS) e Organizações não-governamentais (ONGs), foi possível identificar e analisar, através das concepções extraídas de entrevistas realizadas com dirigentes de 10 MS e 13 ONGs que atuam na cidade de Mossoró-RN, os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos Movimentos Sociais e ONGs no contexto neoliberal

2 DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

As maiores dificuldades e desafios que os movimentos sociais enfrentam atualmente estão relacionados ao próprio contexto de reestruturação do capital e da política econômica neoliberal adotada pelos países capitalistas nas últimas décadas. Neste sentido, as relações de poder Estado/sociedade e Capital/trabalho tornam-se muito complexas diante das dificuldades de organização enfrentadas pelos movimentos, em virtude do desencantamento de grande parte dos sujeitos sociais que são tomados pela apatia, imperando a alienação, os quais não se reconhecem como sujeitos coletivos, sucumbindo aos desmandos do capital, fragmentando os movimentos sociais.

O processo de apatia, de descrédito é muitas vezes interpretado como responsabilidade de alguns indivíduos, ou como erros/acertos de vanguardas do movimento.

Outro elemento apontado que dificulta a organização dos movimentos sociais no atual contexto sócio econômico foi o desemprego.

É importante salientar que vivenciamos um contexto de desemprego estrutural, ocasionado pela lógica imanente ao modo de produção capitalista que produz crises periódicas de superprodução de mercadorias (valores de troca)⁴. As principais causas das crises econômicas capitalistas são: a “superacumulação de capitais”, o “subconsumo das massas”, a “anarquia da produção”, a “desproporcionalidade” entre os diferentes ramos da produção, inerentes à propriedade privada e à economia mercantil generalizada e a “queda da taxa de lucros”. A função objetiva das crises de superprodução é a de constituir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe, apesar da concorrência capitalista (Mandel, 1990).

Outro desafio sinalizado é a necessidade da organização dos(as) trabalhadores em várias instâncias coletivas.

Um aspecto para analisar a organização da classe trabalhadora, no contexto atual, é compreender qual a sua configuração e composição. Neste sentido,

⁴Mandel (1990) sinaliza que desde a formação do mercado mundial do capitalismo industrial, houve exatamente vinte crises de superprodução, com intervalos mais ou menos regulares.

a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção. Essa definição marxiana e marxista me parece inteiramente pertinente, como de resto o conjunto essencial da formulação de Marx, para se pensar a classe trabalhadora hoje (Antunes 1999, p.196).

Ressalte-se que com o advento do *toyotismo*, que tem como objetivo obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, contestando, cada vez mais, o direito de organização sindical (Chesnais, 1996); acentuam-se processos que incidem na configuração, composição e condições de vida da classe trabalhadora, o que afeta o seu processo de organização.

Essa classe é, portanto, intensamente atingida pela profunda crise societal, na qual a humanidade está mergulhada e que influencia todas as esferas da vida humana, incidindo de forma particular na política.

A política, forma sempre atual das contradições classistas, faz-se história. O Estado que foi sempre privatizado potencializa e garante a expansão máxima da classe dominante/dirigente. O Estado capitalista, para sua maior eficácia, tem necessariamente que aparecer como social, como articulador do conjunto da sociedade, como resumo qualificado do todo social. Nesse sentido ele buscou restringir permanentemente as formas associativas das classes subalternas em todas as suas formas de organicidade (Dias, 2002, p.139).

A classe trabalhadora é brutalmente atingida pelo processo de reprodução do capital. Mandel (1990) argumenta que o resultado da ofensiva do grande capital contra os assalariados depende da interação de vários fatores, com destaque para: as correlações de forças objetivas entre as classes, o nível de organização e de consciência da classe trabalhadora e das reações das organizações de massa do movimento operário, sobretudo os sindicatos.

Apesar da complexificação da classe trabalhadora e da influência da crise societal nas várias esferas sociais, inclusive na política, as possibilidades da efetivação de um projeto de emancipação humana podem encontrar viabilidade a partir da mobilização dessa classe social. Nessa perspectiva,

Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores 'terceirizados', os trabalhadores do mercado informal, os 'trabalhadores domésticos', os desempregados, os sub-empregados etc., pode somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando como classe, constituir no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista. (Antunes, 1999, p.216).

Neste contexto de fragmentação da classe trabalhadora, uma dificuldade ressaltada para a sua organização política é a presença do individualismo.

Essas dificuldades apontadas estão associadas diretamente a um fator que tem se tornado predominante nos dias de hoje, na realidade trata-se de um dos desvalores⁵ mais internalizados na sociabilidade capitalista que é o individualismo, presente nas mais diversas instâncias e relações, onde se confunde com a questão da individualidade.

Gramsci refletindo sobre a diferença entre individualismo e a individualidade argumenta que

luta contra o individualismo é luta contra um determinado individualismo, com um determinado conteúdo social, e precisamente contra o individualismo econômico [...] Que se lute para destruir um conformismo autoritário, tornado retrógrado e embaraçoso, e se chegue ao homem-coletivo através de uma fase de desenvolvimento da individualidade e da personalidade crítica é uma concepção dialética difícil de ser compreendida pelas mentalidades esquemáticas e abstratas (Gramsci, 2000, p.289).

Ao contrapor individualismo à individualidade, a concepção de indivíduo defendida por Gramsci é que ele é um

sujeito dotado de consciência e responsabilidade que é capaz de autodeterminar-se, mas nunca é pensado fora do seu contexto socioeconômico com o qual interage constantemente, ainda mais numa sociedade complexa e diversificada como a moderna, onde as possibilidades de associação e de iniciativa aumentaram consideravelmente (Semeraro, 1999, p.161).

A crítica ao individualismo econômico, social e moral sugere que, no capitalismo, as possibilidades de desenvolvimento da individualidade se gestam de forma alienada e mercantilizada, posto que esta sociabilidade não favorece a objetivação do homem coletivo, nem da consciência crítica. Neste contexto, são desenvolvidos diversos fetichismos constitutivos da práxis capitalista, dentre os quais destaca-se o fetichismo do eu, o qual se costuma chamar de individualismo. O individualismo é favorecido por muitos determinantes, dentre os quais: o desenvolvimento das relações mercantis e capitalistas de produção; o desenvolvimento das relações jurídicas que conferem a cada indivíduo direitos civis e políticos e pela formação do Estado-nação que contribui para o movimento de emancipação dos indivíduos (Bihar, 1999).

Desenvolve-se, assim, na sociabilidade regida pelo capital, a individualidade personalizada, a cultura do narcisismo, passando a existir investimentos apenas nas relações e práticas sociais que podem oferecer ao indivíduo uma imagem narcísica de si próprio. “Trata-se de um desinvestimento em relação aos empreendimentos coletivos

⁵Utilizamos a distinção feita por Agnes Heller entre valor e desvalor, segundo a qual “pode-se considerar valor tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais ; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de um determinado componente” (Heller,1989, p.4/5). Os componentes da essência humana são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade.

(sindicais ou políticos) totalizantes, que apelam pra um ideal transcendente, e requerem uma parte de abnegação do indivíduo na realização de tarefas impessoais” (Bihl, 1999, p.173). Esse fetichismo amplamente disseminado, na sociedade em que vivemos, contribui para explicar o significativo contingente de indivíduos que não se envolvem em nenhum tipo de ação política. A não-participação na construção de projetos coletivos gera apatia, imobilismo, descrença em possíveis mudanças, aprofundando sentimentos de angústia, indiferença e insegurança que se acentuam nas subjetividades apartadas de uma inserção política e negadora de possibilidades coletivas.

Outra dificuldade ressaltada foi a institucionalização dos MS, ou mais particularmente a transformação dos MS em ONGs.

No tocante a relação dos Movimentos Sociais e das ONGs é relevante salientar que no contexto de intensificação do processo de desmontagem dos direitos, sob a hegemonia do neoliberalismo, que ocorreram mudanças no processo produtivo e de reestruturação do capital, que trouxeram como consequências, dentre outras: um processo de desproletarização; precarização e intensificação do uso da força de trabalho; retração da força de trabalho industrial; ampliação das distintas modalidades do trabalhador precarizado. Estas transformações econômicas, ocorridas, sobretudo, nos anos de 1990 no Brasil, articulam-se a mudanças políticas expressas na redução da responsabilidade do Estado na esfera social, o que traz rebatimentos para as formas de enfrentamento das refrações da questão social.

Neste contexto, “há uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiam o modelo neoliberal e o esforço [das agências do capital] para subvertê-los através da criação de formas alternativas de ação social, através de ONGs” (Petras, apud Montañó, 2002).

A noção de organização vai perpassar o perfil da eficácia e do gerenciamento, enfraquecendo as organizações políticas com caráter reivindicativo. Firma-se um grande pacto de parceria e não mais de confronto e nesse sentido, as pessoas passam a colaborar financeiramente com as ONGs, já que estas, diferentemente da maioria dos Movimentos Sociais, não se colocam numa perspectiva de enfrentamento ao projeto político das classes dominantes.

Alguns movimentos afirmam que a maior dificuldade passa pela questão financeira, na maioria dos casos as pessoas integrantes desse ou daquele movimento acabam por financiar suas ações, por compreenderem a sua importância na defesa dos direitos sociais, mas passam a pleitear recursos através de projetos que buscam financiamento principalmente junto ao poder público. É o caso do movimento negro e do movimento comunitário. A diferença está na essência que define a existência de cada movimento e a manutenção de sua autonomia, do sentido de coletividade, onde as ações

são de responsabilidade coletiva e não de uma pessoa, que exerce uma função de liderança, ou de dirigente. O que ocorre com o movimento comunitário é uma certa concentração de responsabilidade nas pessoas que são lideranças.

Em relação às ONGs quando perguntamos aos seus representantes sobre os desafios e dificuldades enfrentados por essas instituições, obtivemos respostas semelhantes, pois a maioria das ONGs apontou o aspecto financeiro como o grande complicador para o desenvolvimento das atividades.

Na verdade a falta de financiamento é um dos aspectos relevantes para ser avaliado tendo em vista que o caráter não governamental e não lucrativo das ONGs implica, por outro lado, na dependência de investimento externo seja do poder público, de empresas nacionais e internacionais, de agências financeiras e, também, de outras ONGs. Nesse sentido Montañó (2002, p. 57) ressalta que

O Estado ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva tendencialmente a permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelo governo.

Essa seletividade de financiamento também ocorre por parte das empresas e dos organismos financeiros internacionais que financiam os projetos de acordo com suas prioridades. Com base nessa realidade vários questionamentos também vão surgir no que diz respeito a autonomia e a autogovernabilidade das ONGs.

A perspectiva de autonomia das organizações do Terceiro Setor vem sendo bastante questionada, principalmente pelo caráter de dependência que essas organizações mantêm com o setor público e com o setor privado. De fato, os financiadores do Terceiro Setor determinam as ações a serem realizadas, o público a ser atendido, os recursos que serão gastos e o tempo de funcionamento das atividades. Assim, as ONGs se subordinam a lógica do financiamento para manter sua sobrevivência.

Nesse sentido, é difícil falar em autonomia das ONGs, uma vez que estas ficam condicionadas às prioridades estabelecidas pelo capital, que escolhe um problema de cada vez para ser amenizado (Montañó, 2002).

Essas afirmações puderam ser constatadas a partir da pesquisa realizada, na qual muitas ONGs apontaram que o principal desafio encontra-se na questão da sustentabilidade e do financiamento, pois, como declara uma entrevistada, os projetos são financiados por um tempo limitado, o que não garante a continuidade de financiamento e funcionamento da entidade.

Outras duas ONGs que trabalham nas áreas de saúde e assistência social [que deveriam ser prioridades do Estado], também, relatam a incerteza de financiamento, o que

impede um planejamento continuado das atividades. Vale ressaltar que essas instituições recebem incentivos do poder público municipal, mas que, por conta da instabilidade, recorrem a doações e ao serviço voluntário, como forma de garantir o mínimo de assistência aos seus usuários.

Esse processo é resultado do modelo de Estado implementado a partir do neoliberalismo. Isso porque, ao passo em que o Estado diminui sua atenção para a área social, recoloca a questão social como responsabilidade dos indivíduos que passam a ser culpabilizados pela sua condição sócio-econômica. Esse mesmo Estado incentiva a criação das ONGs sob o discurso da descentralização que, de fato, legitima o processo de desresponsabilização.

Um outro desafio enfrentado pelas ONGs, na atualidade, diz respeito a concepção política das instituições. Como podemos constatar, as ONGs que surgiram como resultado da institucionalização dos Movimentos Sociais, ainda preservam [em parte] o caráter político de reivindicação e contestação, embora de forma limitada.

Esse desafio traz uma dupla dificuldade: por um lado a dificuldade da população entender o trabalho realizado com a finalidade de formação política e, por outro, a dificuldade de encontrar financiadores para as suas ações. Pois, como afirma uma das entrevistadas, as agências de financiamento ou do poder público não têm interesse em financiar projetos que levem essa perspectiva [da organização política] para a sociedade.

3 CONCLUSÃO

Nesse sentido, os MS que defendem os interesses dos(as) trabalhadores(as) tem seus valores, princípios, escolhas e práticas políticas voltados para a defesa dos interesses de sua classe social. Tal processo é permeado pelas determinações da sociabilidade capitalista, que é perpassado por contradições e conflitos que se reproduzem no cotidiano de suas vivências coletivas. Nesta lógica é que se evidenciam os valores emancipatórios. No entanto, é necessário considerar que a inserção dos sujeitos na ordem burguesa também vem fundamentada em desvalores.

Nesse processo, os Movimentos Sociais vivenciam inúmeros desafios e dificuldades, com destaque para os relacionados ao próprio contexto de reestruturação do capital e da política econômica neoliberal, tais como o desemprego, a presença do individualismo e dificuldade financeira para financiar suas ações, bem como a institucionalização dos MS, ou mais particularmente, a sua transformação em ONGs.

Em relação às ONGs, o cenário que impulsionou sua expansão foi o mesmo que redefiniu o papel do Estado e reestruturou o sistema produtivo. Tudo isso articulado

possibilitou um novo debate acerca da participação da sociedade civil. Assim as ONGs vão ganhar espaço a partir do argumento de ampliação da esfera pública, pois sua intervenção está voltada para a população em geral. Vale ressaltar que esse processo vai ser bastante impulsionado pelo Estado no sentido de incentivar a participação como contrapartida na responsabilização da Questão Social.

Nesse sentido vai haver um investimento para a expansão das ONGs em detrimento dos MS. Sob o discurso da novas formas de participação, a população passa a ser instigada a intervir nos problemas sociais de forma focalizada e fragmentada, perdendo a dimensão de totalidade. Assim, as ONGs ganham espaço, pois não representam uma ameaça à sociabilidade capitalista, ao contrário, se colocam como parceiras e colaboradoras do grande capital e do Estado.

No tocante as ONGs de Mossoró que foram entrevistadas podemos concluir que os principais desafios e dificuldades dizem respeito a questão da dependência financeira e da sustentabilidade das ONGs e dos entraves para manter um caráter mais reivindicativo sem perder a lógica gerencial da eficiência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci e a política hoje In: **Universidade e Sociedade, ano XI, Nº 27**. ANDES, junho de 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 3 – Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

SEMERARO, Giovanni. **Cultura e Educação para a Democracia**: Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis, RJ :Vozes, 1999.

RAMOS, Sâmya R. et al. **Relatório final da pesquisa “O perfil ético-político dos movimentos sociais e das organizações não governamentais em Mossoró-RN”**. Mimeo, Mossoró, 2006.